



Inclusão digital: necessidade e direito

Século XXI – 2021

Aprendemos com a história da humanidade? Com as crises contemporâneas? Vivenciamos o Humanismo, garantimos o respeito à diversidade e o direito à igualdade de direitos e oportunidades a todas as pessoas e coletivos humanos?

A comunicação entre pessoas e coletividades e a informação-base para o acesso de todas e todos a Direitos Universais e à estruturação e efetividade de ação e políticas de governos e de instituições de direito público e privado – tomam evidência num mundo, num país mais “conectado”, mais interdependente, por força de avanços técnicos, culturais, científicos e sociais ao longo de séculos. E intercalados com retrocessos e estagnações.

Em 2020 nosso país, nossos estados e nossos municípios continuam (mais ou menos) desumanamente desiguais, nos âmbitos social, cultural, estrutural, técnico e econômico.

Há esperanças? Uma das conquistas-instrumento de conectividade e interconectividade entre pessoas e grupos, países e grupamentos sociais é o que se costuma designar como TIC –Tecnologias de Comunicação e Informação.

Como estruturá-las – e tê-las – como instrumento para a Igualdade de Direitos e Oportunidades a todas as pessoas de nossos municípios? Como ferramenta de – e para - gestão mais eficiente e efetiva de instituições de caráter público em nossos municípios? Para diminuição das desigualdades sociais? Para cumprimento de nossos compromissos – e aspirações – institucionais?

É buscando fortalecer ações e instrumentos para isso que apresentamos esta contribuição a gestores públicos, a integrantes de OSs – Organizações Sociais de Direito Público, à diversidade de movimentos sociais: **Inclusão digital: necessidade e direito**

Rubens Naves Santos Jr Advogados
Março de 2021

Sumário

Referências históricas e conceituais	5
1. Evolução do acesso à internet no Brasil	6
1.1 2020–2021	6
1.2 1970, 80, 90, 2000	7
2. Conceitos fundamentais – e desafios	8
2.1 Sociedade da informação e do conhecimento	8
2.2 Inclusão digital e exclusão digital	10
3. A realidade	12
3.1 A inclusão digital no Brasil	12
3.2 Da inclusão digital ao direito de comunicação	13
3.3 Políticas públicas de inclusão digital no Brasil	17
3.3.1 Telecentros comunitários	17
Roteiro básico de estruturação de propostas relacionadas à inclusão digital nos municípios	20
1. Identificação da existência – ou não – de telecentros em funcionamento e suas características atuais	21
2. Definição de plano de inclusão digital no município, para a gestão 2021-2024	23
2.1 Ponto de partida	23
2.2 Estruturação do Plano de Inclusão Digital-Necessidade e Direito	24
Anexos	26
Anexo I – Em São Paulo, a corrida pela primazia	27
Anexo II – Dados publicamente disponíveis em sites governamentais, sobre espaços públicos de inclusão digital (em junho de 2020)	37
Anexo III – Referências bibliográficas	38

“Podemos considerar que o acesso igualitário às TIC-Tecnologias de Informação e Comunicação e o uso pleno destas ultrapassam e ampliam as propostas de inclusão digital fundamentadas predominantemente na superação da pobreza e/ou das desigualdades sociais.

O uso pleno das TIC compõe os direitos humanos, a cidadania e a dinâmica de geração de “novos direitos”, faz parte das condições contemporâneas de auto-organização, colaboração e dos processos horizontais que estruturam as bases para a constituição de uma nova organização social.

Essa tarefa social requer abordagens políticas transformadoras, articuladas e focadas em suas múltiplas dimensões. Pode-se admitir que a garantia e efetivação dos direitos humanos e as transformações sociais a elas associadas se encontram embrionariamente no cerne da construção da cidadania demandada pela contemporaneidade.

Esses novos exercícios e novas formas de cidadania, voltadas para a transformação da realidade social existente, devem configurar uma prática de libertação humana que permita ao ser humano reconhecer-se como sujeito de direitos, participante da sociedade.

Portanto, apesar do termo “inclusão digital” possuir um amplo poder de comunicação, é insuficiente para explicitar as potencialidades das TIC para a organização dos sujeitos em torno de seus objetivos e para a transformação social.

No entanto, na falta de um termo que melhor expresse as potencialidades das TIC e que tenha força comunicacional, continuamos utilizando o popularizado “inclusão digital”, sem deixar de explicitar suas ambiguidades, contradições e implicações.”

Maria Helena Silveira Bonilla e Oliveira, Paulo Cezar Souza, 2011

“Inclusão Digital: Ambiguidades em curso”



Referências históricas e conceituais

Evolução do acesso à internet no Brasil

1.1 2020–2021

Vivemos um momento em que (re)aparece, com mais força, no contexto das organizações da sociedade civil e entidades públicas do Brasil, a discussão sobre **acesso universal à internet e domínio de tecnologia digital por parte de todas as pessoas no país**.

É preciso lembrar inicialmente que os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua Educação, divulgada em **julho de 2020**, mostra que a taxa de analfabetismo no Brasil era de 6,6% em 2019, o que representa cerca de 11,4 milhões de analfabetos. São pessoas de 15 anos ou mais que, pelos critérios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), não são capazes de ler e escrever nem ao menos um bilhete simples.

Os dados mostram que 18% daqueles com 60 anos ou mais são analfabetos. Em 2018, eram 18,6% e, em 2016, 20,4%.

A necessidade de acesso a informações e de manutenção de contatos não-presenciais e o fato de o “auxílio emergencial” exigir hoje que todos e todas, principalmente os milhões que mais necessitam dele, tenham acesso a alguma forma de inclusão no mundo digital (direta ou indiretamente) para que possam recebê-lo, mostra com mais força – duas décadas e meia depois das primeiras iniciativas institucionais pró inclusão digital e pró acesso a seus meios tecnológicos e infraestrutura em larga escala – o reconhecimento da **emergência no trato da questão**.

Mesmo aqueles e aquelas que não estão incluídos nos quase 60 milhões de necessitados de “auxílio emergencial”, em 2021 há muitos moradores das periferias das cidades e nos rincões do Brasil – e parte da população com mais de 60 anos – que vivem excluídos total ou parcialmente da **“sociedade da informação e do conhecimento”** em que estamos mergulhados. E milhões de crianças e jovens não con-

seguem, de forma adequada, terem acesso à educação à distância, exigência do momento.

Chegando a 2021, nos deparamos, de forma bem clara para todos e todas, que vivemos em um contexto social histórico marcado por imensas desigualdades socioeconômicas, regionais, culturais, de conhecimento – e informacionais.

1.2 1970, 80, 90, 2000

A inclusão do Brasil no mundo da tecnologia de comunicação e da informação tem décadas de história, iniciando-se seu uso em processos e instrumentos de governança pública e em universidades. E mediante tecnologia de transmissão via cabos de telefonia, com controle governamental.

A partir daí, a internet comercial brasileira foi crescendo com a disseminação da Web (via acesso a sites), não só em volume de tráfego, mas também em número de usuários e com transações efetuadas por meio do comércio eletrônico. Foram surgindo e se ampliando lojas virtuais, portais de conteúdo e máquinas “de busca” no cenário brasileiro.

Nomes tais como Universo On Line (UOL), Brasil On Line (BOL), entre muitos outros, divulgaram o uso da internet nas páginas de jornais, revistas e em programas de televisão, atraindo cada vez mais consumidores pertencentes à camada da população que possuía acesso aos microcomputadores e linhas telefônicas, os chamados “incluídos digitais”.

Somente no final do século XX começou a tomar força no Brasil o relacionamento de “política pública de inclusão digital e o movimento de software livre como um nexo fundamental da malha de iniciativas pelo desenvolvimento sustentável do país, de combate à pobreza e de globalização contra hegemônica”.¹

1. Sérgio Amadeu da Silveira. *A noção de exclusão digital diante das exigências de uma cibercidadania*, p. 43. UFBA, 2013.

Conceitos fundamentais — e desafios

2.1 Sociedade da informação e do conhecimento

Sociedade da informação diz respeito à sociedade atual, a partir do século XX, onde a informação se tornou uma ferramenta de mais fácil acesso e essencial para o desenvolvimento pessoal e coletivo.

Daniel Bell, sociólogo estadunidense, introduziu em sua obra *O advento da sociedade pós-industrial* (1973) o termo “sociedade da informação” e a expressão ganhou força nos anos 1990 com o desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

O processamento de informações fora se modificando com o “boom” das telecomunicações e da informática a partir da década de 1970. Isso motivou vários estudos a aprofundarem o debate sobre sociedade pós-industrial e de serviços e a estrutura central da nova economia, que seriam baseados na informação e no conhecimento. Assim, na década de 1990, esses debates foram se aprofundando e o termo “**Sociedade do conhecimento**” passou a ser usado articulado a “**Sociedade da informação**”.

Mas é preciso atenção: esta “sociedade” que vive do poder da informação e da ampliação de conhecimentos tendo como base novas tecnologias, se submetida a um único padrão de avaliação e formação vem se mantendo discriminatória, quer entre países, quer internamente entre grupos sociais e econômicos, entre pessoas.

O fundamental nesta discussão não é só a “informação” ou “o conhecimento” que se dissemina mas de que sociedade falamos, quem se apropria e tem proveito dessa amplitude de “informações” e de “conhecimentos”. E para que.

O grande desafio persiste: é preciso, sim, que todos e todas possam ser integrados em uma real “Sociedade do conhecimento e da informação” que respeite a diversidade

(de condições, contextos, necessidades e opções pessoais) e contribua para que sejam superadas as imensas desigualdades socioeconômicas e culturais no país.

Para isso são necessárias as **“ações afirmativas de direitos”**. Grandes desafios atuais. Não há possibilidade de “opções” de acesso a conhecimento e informação, se não há acesso a direitos fundamentais para todos e todas.

Sociedade da informação e do conhecimento é suportada hoje principalmente pelos avanços tecnológicos – mas depende de conceitos e práticas relacionadas ao conceito de “democratização da informação”, em que adquirir, armazenar, processar e disseminar informações são suas metas básicas.

A televisão, a telefonia e a Internet (e tecnologias afetas a elas) são as grandes responsáveis pelo advento dessa nova forma ou conceito de sociedade, onde uma grande consequência é a “desmaterialização” de espaços produtivos, relacionais e informacionais.

Além do aspecto econômico do trabalho ou aperfeiçoamento de conhecimento à distância (que neste período de pandemia se tornou fundamental) é estratégica hoje a diversidade de ferramentas digitais gerais ou específicas aos diversos tipos de atividade humana e profissional. Mas sem nos esquecermos da desigualdade no acesso a ferramentas básicas adequadas, que atinge milhões de brasileiros.

A desvantagem dessas ferramentas – ou melhor, seu risco – é que, sem mudanças sociais, pessoas podem se tornar cada vez mais distantes entre si e social e economicamente desiguais, além da exposição da vida pessoal propiciada pelas redes sociais, o que resulta num sério problema de segurança, além da disseminação de “fake news”. Ou da possibilidade de uso indiscriminado de dados pessoais por “gigantes” de tecnologias de informação.

Daí, a importância de tratamento urgente do tema e do que se refere a ele, nos âmbitos político-institucional e social. Revendo propostas feitas no final dos anos 90 e no início do século XXI, vemos o quão pouco, em relação às possibilidades possíveis, se avançou no combate às desigualdades que refletem nas desigualdades de acesso às tecnologias e mídias de comunicação e informação.

2.2 Inclusão digital e exclusão digital

Inclusão digital pressupõe a possibilidade de produção e difusão de conhecimento e o acesso às ferramentas digitais, por todos os cidadãos e cidadãs. Dessa forma, seu grande objetivo é a democratização do acesso às tecnologias de informação e de conhecimento, para que a Sociedade da Informação e do Conhecimento não exclua milhões de pessoas.

Com o avanço da tecnologia nos tempos atuais, incluindo a conexão entre várias formas de acesso ao “mundo informacional” (celular–telefonia fixa–computadores–TV/redes) o mundo digital foi tomando conta do cenário mundial e nacional. Contudo, não foram todas as pessoas do mundo, dos países, dos estados e municípios que foram incluídas nessa massificação das tecnologias da informação. E, dessa maneira, muitos e muitas não acompanharam a linguagem digital que foi tomando proporções nunca antes vistas.

Vale notar que o vocabulário do mundo dos computadores, da internet, dos vídeos, foram se expandindo. Hoje ouvimos – e nossas crianças desde cedo veem com a maior naturalidade palavras como: “logar”, “chat”, “navegar na internet”, “website”, dentre tantas outras que fomos incorporando ao vocabulário.

Inclusão digital, em síntese, significa democratizar o acesso às tecnologias da informação, permitindo a inserção de todos e todas na Sociedade do Conhecimento e da Informação.

E isso significa ampliar o **adequado e necessário acesso** aos meios de comunicação e informação, a formas de aprendizado e, conseqüentemente, a melhores condições de vida e sustento. É contribuir para se possibilitar que todos e todas tenham meios de exercer seus direitos e desenvolver a plenitude de seus potenciais humanos.

A inclusão digital precisa de três instrumentos básicos para acontecer:

- a. dispositivo para conexão;
- b. acesso à rede de internet; e
- c. o domínio dessas ferramentas.

Assim, não basta ter um smartphone conectado. É preciso saber como usá-lo – e ele ter capacidade mínima para as múltiplas funções das quais dependem, por exemplo, inscrição em projetos sociais, educação básica ou complementar à distância, trabalho remoto, conexões interpessoais, comerciais e profissionais via internet. Fundamentalmente, é necessário estar inserido/inserida na Sociedade da Informação e do Conhecimento. Mas, para isso, é necessário ter, no local onde se mora ou se exer-

cem funções diversas, disponibilidade de **conexão de potência razoável** para se fazer uso dela.

Outro aspecto importante é “inclusão e acessibilidade”, que vai muito além do universo das pessoas com alguma deficiência reconhecida, englobando aqueles com uma leve dificuldade em enxergar, idosos e pessoas com baixo letramento (analfabetos e analfabetos funcionais). A questão é tão significativa que já em 2011 a Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu o direito ao acesso à internet como um direito fundamental.

Exclusão digital é, portanto, a ausência ou acesso insuficiente e desigual aos mecanismos de inclusão digital. E, em consequência disso, podem se ampliar ainda mais as desigualdades sociais e regionais no país.

“A **exclusão digital** não seria uma mera decorrência da exclusão social? Seu enfrentamento não seria consequência da melhoria de condições de vida e renda da sociedade? Em outras palavras, até que ponto o combate a esta exclusão seria importante diante de tantas carências? Para responder tais indagações é indispensável decidir do que estamos falando quando empregamos o termo exclusão digital.

Uma definição mínima passa pelo acesso aos equipamentos, às formas de conexão via internet e aos conhecimentos básicos para utilizá-los. (...) Existem inúmeras outras definições, mas aqui o termo em questão será considerado como a **exclusão do acesso à Internet**. Portanto, a inclusão digital dependeria de alguns elementos, tais como o computador, o telefone (em suas variedades hoje), o provimento de acesso, a capacidade de acesso e a formação básica em softwares aplicativos. A partir desta definição fundamental, quem seriam os excluídos digitais do Brasil? Estaríamos mais incluídos que os nossos vizinhos pobres da América Latina?”

Sérgio Amadeu da Silveira, 2008

“A noção de exclusão digital diante das exigências de uma cibercidadania”

3.1 A inclusão digital no Brasil

Se pensarmos nesse avanço das tecnologias de informação e comunicação (TIC's), que se multiplicou rapidamente e hoje faz parte das relações globais, constata-se que, no conjunto de população do Brasil, podemos dizer que atualmente a maioria das pessoas possui ou um computador ou um *tablet*, um celular com acesso à internet, com diferentes maneiras de interagir com o mundo digital.

Mas nem todos os instrumentos e as condições socioeconômicas são igualmente adequados às necessidades de acesso ao mundo digital, que favorece as informações e os conhecimentos necessários e desejados.

Não somente no Brasil ainda há muitos desafios a serem ultrapassados. Mas se destaca aqui o problema da pobreza, que atinge grande parte da população. Esse fator faz com que muitas pessoas sejam excluídas dessa “nova linguagem” explorada pela Sociedade da Informação, o que as leva distantes da Sociedade do Conhecimento.

Nesta pandemia² que vivenciamos, dentre as famílias que possuem algum equipamento de acesso à internet, quantas só contam com um telefone celular, de baixa capacidade, para que seus 3 ou 4 filhos acessem as “aulas à distância”? Ou as pessoas mais vulneráveis e morando em áreas remotas conseguiram acessar a internet para inscrição em programas de auxílio emergencial ou programas sociais?

Acrescente-se a isso a constante atualização do nível de exigência de **capacidade técnica dos equipamentos** para se fazer frente às demandas que se apresentam. E a dificuldade em se manter fácil e razoável nível de conectividade em determinadas regiões e bairros, onde a internet chega com baixa “carga” de megabits.

2. Leonardo Scofano Damasceno Peixoto. *Os impactos da pandemia na inclusão digital*. Justificando, 2020. Disponível em: justificando.com/2020/05/07/os-impactos-da-pandemia-na-inclusao-digital.

Somos um país com relativamente muitos dispositivos conectados, mas ainda com vários – e relevantes desafios pra resolver.

“Nos últimos tempos, vários extratos sociais conseguiram acessar a internet por conta da facilitação de aquisição de celular. Mas a maior parte dos brasileiros usam planos pré-pagos, mais caros, e que são limitadíssimos. Quando vem a pandemia, o governo, a Anatel, não garantiram que essas pessoas tivessem acesso universal à rede. Ao contrário de outros países que proibiram o bloqueio quando usuários não conseguiram mais pagar seus planos, isso aqui não aconteceu, o que seria um mínimo para as pessoas se informarem, estudarem e ficarem em casa. (...) O acesso desigual modifica também como as informações chegam às pessoas, o que possibilita a disseminação de informações incompletas ou falsas, especialmente danosas em um contexto de crise sanitária e política.”

Sérgio Amadeu da Silveira, 2008

“A noção de exclusão digital diante das exigências de uma cibercidadania”

Uma pesquisa publicada recentemente, concluída em 2019, tem dados preocupantes. Mesmo que algo tenha se modificado, dada a crise que se alia à pandemia, não se imaginam grandes avanços em 2021.

“A Pesquisa Nacional por **Amostra de Domicílios Contínua — Tecnologia da Informação e Comunicação (Pnad Contínua TIC) 2018**, divulgada dia 20/04/2020 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostra que uma em cada quatro pessoas no Brasil não tem acesso à internet. Em números totais, isso representava em 2018, cerca de 46 milhões de brasileiros que não acessavam a rede. Os dados, que se referem aos três últimos meses de 2018, mostram ainda que o percentual de brasileiros com acesso à internet aumentou no país de 2017 para 2018, passando de 69,8% para 74,7%, mas que 25,3% ainda estão sem acesso. Em áreas rurais, o índice de pessoas sem acesso é ainda maior que nas cidades, chega a 53,5%. Em áreas urbanas é 20,6%. Quase a metade das pessoas que não têm acesso à rede (41,6%) diz que o motivo para não acessar é não saber usar. Uma a cada três (34,6%) diz não ter interesse. Para 11,8% delas, o serviço de acesso à internet é caro e para 5,7%, o equipamento necessário para acessar a internet, como celular, laptop e tablet, é caro. »

SEM SERVIÇO

Para 4,5% das pessoas em todo o país que não acessam a internet, o serviço não está disponível nos locais que frequentam. Ou seja, mesmo que queiram, não conseguem contratar um pacote de internet. Esse percentual é mais elevado na Região Norte, onde 13,8% daqueles que não acessam a internet não têm acesso ao serviço nos locais que frequentam. Na Região Sudeste, esse percentual é 1,9%. (...) A pesquisa aponta também desigualdades entre áreas rurais e urbanas. O percentual de moradores de áreas rurais que não utilizam a internet porque o serviço não está disponível é 12%, dez vezes maior que a da área urbana, 1,2%. Já o índice daqueles que dizem ser caro o equipamento necessário chega a 7,3% na área rural, enquanto nas cidades é 5%. Entre 2017 e 2018, no entanto, tanto na área rural quanto na urbana o percentual de pessoas que utilizaram a internet cresceu. Passou de 74,8% para 79,4%, em áreas urbanas, e de 39% para 46,5%, em áreas rurais.”

INTERNET EM CASA

O índice de domicílios com acesso à internet também aumentou entre 2017 e 2018, passando de 74,9% para 79,1%. “O crescimento mais acelerado da utilização da internet nos domicílios da área rural contribuiu para reduzir a grande diferença em relação aos da área urbana”, diz o texto. De 2017 para 2018, o percentual de domicílios em que a internet era utilizada passou de 80,2% para 83,8% em área urbana e de 41% para 49,2% na área rural. Em relação à renda, nas casas onde havia acesso à internet, o rendimento médio por pessoa era R\$ 1.769, quase o dobro do rendimento nas casas daqueles que não acessavam a rede, que era R\$ 940,00.”

Agência Brasil, abril de 2020

“Um em cada 4 brasileiros não tem acesso à internet, mostra pesquisa”

OUTROS INFORMES:

- / [Portal CETIC com dados da pesquisa](#)
- / [Indicadores por domicílio](#)
- / [Tipos de computadores](#)

3.2 A inclusão digital no Brasil

“Faltou-nos um conceito mais amplo de inclusão digital, que proporcione uma dimensão social e política para o papel que a tecnologia representa para a sociedade, buscando fomentar o exercício da cidadania, dar voz às comunidades e setores que normalmente não têm acesso aos grandes meios de comunicação e apoiar a organização e o aumento da malha de relações comunicativas entre os atores da sociedade civil que constituem a Esfera Pública e os órgãos públicos. (...) As iniciativas de inclusão digital são aquelas que buscam oferecer à sociedade o conhecimento necessário para usar com um mínimo de proficiência os recursos de ciência da computação e de telecomunicações existentes e dispor de acesso físico para regular a esses recursos. A inclusão digital assemelha-se, por conseguinte, à ideia de Alfabetização digital, numa equivalência com a perspectiva da alfabetização no processo de inclusão social, voltando a centrar-se nos que também se encontram no próprio contexto de exclusão social, aumentando a temática da tecnologia digital no sentido de adicionar esforços para atenuar essa diferença.”

Jorge Sampaio, 2003

Citação em “Society and Digital Technology: Between include or to be included” — Prof. Adilson Cabral (UNESA, 2006)

Esse contexto indicado em 2003 ainda se mostra atual para significativo número de cidades e regiões, pessoas e famílias, embora tenhamos tido um grande desenvolvimento da malha de relações comunicativas e de tecnologias, ferramentas e suportes técnicos que favorecem a inclusão digital.

O processo de inclusão digital compreende a alfabetização informacional com ênfase na tecnologia da informação, ou seja, a habilidade de operar e comunicar-se pelos equipamentos disponíveis; entender o funcionamento de equipamentos (hardware), seus programas (software) e aplicações; produzir, organizar, disseminar e encontrar a informação e resolver problemas por meio do uso da tecnologia.

Avançar nos processos de inclusão digital de todos e todas implica em uma orientação estratégica de posicionamento em relação ao que normalmente constitui o propósito dos projetos relativos às tecnologias de comunicação e informação pois, em vez de serem já apresentados a um conhecimento final que essa tecnologia digital facilita, a sociedade, na sua diversidade, deve poder manifestar suas demandas em relação aos benefícios que as tecnologias podem proporcionar, tornando-se assim, *sujeito do processo de inclusão digital*, afirmando sua cultura e, conseqüentemente, sua cidadania plena.

O desenvolvimento sustentável está relacionado com a expansão da ciência da computação e da Internet em todos os lugares e em todas as classes sociais, em todos segmentos sociais.

A forma democrática de governo inclui essa dimensão e precisa estar estabelecida de forma a integrar a população com estruturas governamentais transparentes e acessíveis no âmbito dos distritos municipais, estados, países e suas áreas.

“O Brasil é um país com grandes assimetrias e carências. A internet não tem a mesma infraestrutura de acesso em todas as regiões. Pessoas negras e pobres não têm o mesmo acesso à internet que brancos e ricos. O mundo virtual pode ser tão assimétrico e segregador como nossos espaços urbanos. A banda larga nas periferias das grandes cidades não é a mesma que nas regiões nobres. Cidades-dormitórios ao redor das grandes cidades, com a pandemia e com o isolamento social, viram crescer os acessos à internet, levando à queda na qualidade da banda larga. A infraestrutura instalada e vendida nessas regiões não conseguiu atender a demanda, pois já era ruim e ficou pior. (...) A banda larga, infraestrutura básica das redes digitais, precisa ser convertida em um serviço público essencial, com metas de qualidade e universalização, tal como os serviços de luz e água. (...) Mas também estamos assistindo aos processos de transformação digital dos governos servindo apenas para a unificação de bancos de dados. (...) A internet está sendo utilizada pelas grandes corporações para obterem um excedente de dados que permitam extrair padrões de segmentos, microssegmentos e de todos os indivíduos conectados.

Essa crise precisa ser enfrentada. (...) Também precisamos fomentar associações e movimentos que criem data centers comunitários e que organizem o valor dos dados para o enriquecimento das localidades e das comunidades. Teremos que enfrentar a nova fase do capitalismo neoliberal, a fase do neocolonialismo digital.”

Olhar Digital, 2018

“A banda larga deveria ser um serviço público no Brasil, diz Sergio Amadeu”

3.3 Políticas de inclusão digital no Brasil

Políticas de inclusão digital surgem e/ou se ampliam nos países – e no Brasil – como iniciativas visando assegurar desenvolvimento sustentável, o combate à pobreza e a redução das desigualdades sociais e econômicas.

Um bom exemplo no Brasil foi a apropriação da tecnologia para mecanismos de elaboração de **orçamento participativo** que se fez em vários locais do país, via atmosfera digital, **principalmente a partir dos anos 2000**: não se traduziu apenas em privilegiar a informação através dos computadores e redes, mas tornou a informação mais próxima de um número cada vez maior de pessoas.

A partir daí, outras **formas de participação popular nos processos de gestão foram se ampliando com suporte de internet, tais como consulta popular, participação em instâncias de representação social, pesquisas de satisfação, espaços de denúncia, sistematização de informes públicos sobre legislações e ações de governo – próprias ou com atuação de Organizações Sociais e outras entidades de interesse público. Infelizmente, em 2021, ainda não vemos isso implementado em boa parte de nossas municipalidades e Estados.**

Tais políticas públicas de inclusão digital devem incluir em seu escopo a divulgação de ações de interesse público, para ampliar o número de usuários e usuárias nestes espaços, condição importante inclusive para o controle das políticas públicas, além de criarem estratégias para compreender se os serviços ofertados geram benefícios para as comunidades onde estão localizados.

Questões como as necessidades locais e as características de **financiamento e manutenção do acesso à internet** também devem estar presentes nas **definições das políticas públicas**, garantindo também que equipamentos públicos que possam favorecer a inclusão digital tenham os recursos necessários para a sua viabilização nas comunidades em que atuam.

3.3.1 Telecentros comunitários

Um ponto fundamental nesses mecanismos de inclusão digital para pessoas/famílias sem acesso ou acesso insuficiente à internet, foi a criação de Telecentros comunitários (ou Telecentros ou Centros Comunitários de Comunicação) – pontos de acesso público e livre à internet, a maioria deles articulados a possibilidades de agregação das pessoas para discussão dos problemas da comunidade.

Eles são “Espaços sem fins lucrativos, de acesso público e gratuito, com computadores conectados à Internet, disponíveis para diversos usos, com o objetivo de promover o desenvolvimento social e econômico das comunidades atendidas, reduzindo a exclusão social e criando oportunidades de inclusão digital aos cidadãos”.

CGI.br, 2014

Há o registro de que um primeiro telecentro do país foi criado em 1996, em Santa Catarina³. São Paulo esteve entre as primeiras cidades a tê-los. Em 2000 foram instalados os dois primeiros Telecentros na cidade, numa região periférica, região sul, com alto nível de violência juvenil, no Jardim São Luís (pelo governo do Estado, o “Info-centro”) e no Capão Redondo-Jardim Ângela. Neste, houve uma forte articulação de agentes institucionais para apoio, capacitação e manutenção: Instituto de Políticas Florestan Fernandes/IFF, empresas de tecnologia digital, Faculdades, igrejas locais.

A partir daí, o projeto Sampa.org, coordenado pelo IFF, que por alguns anos se manteve com financiamento de instituições parceiras, deu suporte a outros telecentros na região que foram gradualmente sendo apoiados pela gestão municipal a partir de 2001, incluindo a temática de “cidadania ativa”, buscando dar protagonismo a moradores das regiões mais distantes do centro de São Paulo. Foi articulada em 2001 no município, pela Prefeitura, uma Rede Pública de Comunicação e Informação, que viabilizou durante alguns anos novos telecentros com atividades planejadas e conexão à rede mundial de computadores. (Ver Anexo)

Sérgio Amadeu da Silveira, já em 2001, em seu livro digital *Exclusão: a pobreza na era da informação*, listava alguns modelos de telecentros implementados no Brasil. Para ele, a infoinclusão é estratégica porque “é necessário inserir as pessoas na inundação informativa das redes e orientá-las para obter conhecimento”. Segundo ele, “a pobreza seria reduzida pela “construção de inteligência social coletiva, capaz de qualificar o povo para a nova economia e para as novas formas de sociabilidade, permitindo que as ferramentas do conhecimento compartilhado sejam usadas para exigir direitos, ampliar a cidadania e melhorar as condições de vida”. (p. 21).

Outro assunto não menos determinante, está diretamente relacionado à eficiência das iniciativas de inclusão digital: **as estratégias de formação**. Nesse ponto, não po-

3. https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/VALA-KFHTQ/1/mestrado__mauro_ara_jo_c_mara.pdf

dem ser apenas de pessoas não incluídas, mas também daqueles “monitores” que irão proporcionar um envolvimento mais completo com tecnologias de informação, pois “As políticas de inclusão digital devem ser orientadas por seus beneficiários, ou seja, são as soluções tecnológicas que devem se adequar ao contexto local e não o contrário” (Mori, 2011; Muniz, 2013).

Os programas que são utilizados precisam e já podem ser “livres” e de “código aberto”, de modo que eles estão de fato disponíveis para as pessoas, tanto no sentido econômico, como de apreensão das mais variadas dimensões de uso de tecnologia. **Além disso, o preço e a qualidade dos serviços de fornecimento de energia elétrica, de telefonia e acesso à Internet precisam ser repensados dentro de uma ótica que possa funcionar para o incentivo à inclusão, não contra a população que quer ser incluída.**

Nas classes D e E no Brasil se percebe que 85% das pessoas usam internet só pelo celular. Isso limita o uso: como estudar, como trabalhar, como acessar sites de informação com os recursos limitados de um celular? Se uma criança tem que esperar a mãe voltar do trabalho para conseguir acessar as aulas online durante a pandemia, ou se uma família tem que escolher entre comprar comida ou pacote de celular – isso significa que esse acesso continua a ser excludente.

O acesso desigual modifica também a forma de **como as informações chegam às pessoas**, o que possibilita a disseminação de informações incompletas ou falsas, especialmente danosas em um contexto de crise sanitária e política.

Para mais subsídios sobre história e dados atuais sobre o tema veja [Pesquisa sobre Centros Públicos de Acesso à Internet no Brasil, 2019.](#)

Estudos recentes no campo da inclusão digital destacam a relevância de dados relacionados à **localização geográfica** para compreender esse fenômeno, associando-o ao contexto, a políticas e a intervenções que afetam os indivíduos no local em que vivem.

Nesse sentido, os telecentros não podem ser estabelecimentos isolados do seu entorno e das condições econômicas e sociais da população que vive naquela localidade. Assim sendo, “as políticas de inclusão digital devem ser orientadas por seus beneficiários, ou seja, são as soluções tecnológicas que devem se adequar ao contexto local e não o contrário” (Mori, 2011; Muniz, 2013).

Ver, em Anexos II deste documento: Dados mais recentes, publicamente disponíveis em sites governamentais, sobre espaços públicos de inclusão digital.



Roteiro básico

**de estruturação de propostas relacionadas
à inclusão digital nos municípios**

A configuração do Brasil como República Federativa apresenta desafios – e possibilidades – para que as gestões públicas municipais, especialmente via seus poderes executivo e legislativo, possam contribuir para a eliminação ou, no mínimo, para a minimização crescente e planejada das imensas desigualdades regionais e locais, em relação ao desenvolvimento sociocultural e econômico⁴ e, concretamente, em relação à Sociedade do Conhecimento e da Informação⁵.

A fase atual, com visível aumento da pobreza e da exclusão de boa parte da população de algum ou de razoável acesso às TIC- Tecnologias de Informação e Conhecimento disponíveis, exige ainda maior conhecimento e informação sobre a realidade local e possibilidades de intervenção nela, por parte de prefeito/a e vereadores/vereadoras nas eleições municipais de 2020.

Atualmente, mais de 70% dos brasileiros são usuários da internet e parte deles vive a poucos quilômetros de uma torre de transmissão que pode oferecer o serviço de internet. No Brasil, é preciso analisar essa realidade, provavelmente comum em determinadas regiões, de forma distinta conforme as condições socioeconômicas, ambientais e de infraestrutura nos municípios. Falar apenas em números gerais não dá a correta dimensão das ainda grandes desigualdades no acesso e uso das tecnologias digitais e na inclusão de cidadãos e cidadãs de cada município, na Sociedade da Informação e do Conhecimento..

O Brasil, em sua extensão e dinâmica histórica, social e econômica de cada região, estado e município, aponta ainda enormes desafios para que a maioria absoluta da população hoje excluída da “cultura digital” venha a ser incluída no rol de quem tem direitos e deve ter condições de exercê-los e vivenciá-los. Sem falar de retrocessos institucionais e de visão de Estado que se percebe, claramente, em determinadas decisões do atual governo federal e repercute em todo o Estado federativo.

Tendo em vista 2021 e o novo ciclo de gestão municipal pós eleições de 2020, apresenta-se a seguir um roteiro básico, que sustente elementos para inclusão desse importante tema nas ações dos novos governos e entidades sociais, OSs e OSCIPs. É fundamental a definição de uma equipe responsável por estruturação ou atualização de conteúdos, instrumentos e métodos para essa área específica do Governo Municipal, o acesso e uso das TICs, sugeridos nos itens a seguir.

4. Pesquisa IBGE, junho de 2020: <https://tinyurl.com/IBGEamostraContinuaMensal>

5. TIC 2019: <https://www.cetic.br/pesquisa/domicilios/indicadores/>

Identificação

da existência – ou não – de telecentros (ou equipamentos similares) existentes, em funcionamento e suas características atuais

Se há telecentros no município, é preciso identificar os diversos telecentros em funcionamento, seus locais de funcionamento, agregando informações de telecentros localizados numa mesma região do município (região administrativa ou geográfica, dependendo da dimensão do município).

Ao mesmo tempo, é preciso ir buscando prover identificação das características de cada telecentro – ou de agrupamentos regionais deles:

- a. Responsabilidade de administração e coordenação técnica de cada telecentro.
- b. Formas de manutenção e financiamento.
- c. Objetivos e público-alvo (para que? a quem?)
- d. Infraestrutura atual de suporte para funcionamento:
 - d.1 número de monitores (capacitados formalmente e/ou voluntários disponíveis);
 - d.2 número e tipo de equipamentos ali existentes;
 - d.3 capacidade – e tipo – de acesso à internet, incluindo o raio de abrangência de conexão, nos casos em que é possível uso de *wifi* na região;
 - d.4 possibilidades de acesso, compilação e registro (cópia) de dados e informações pelo usuário.
- e. Capacidade de atendimento simultâneo no local por dia e na semana – e estimado, quando possível à distância.
- f. Número de pessoas atendidas mais recentemente (média dos últimos 3 meses), comparado à demanda sentida no período.

Definição de plano

de inclusão digital no município, para a próxima gestão

2.1 Ponto de partida

O Plano depende de informes que configurem um Relatório-síntese da estimativa de situação local da população em relação à inclusão digital e acesso a “pacotes” de acesso a mídias digitais (conforme sua condição socioeconômica e locais de moradia). Esse relatório, resultado de dados compilados e/ou consultas e reuniões com representantes de entidades e grupos sociais, “equipe colaborativa”, se baseia em:

- a. Identificação da inexistência ou insuficiência de equipamentos públicos de acesso à tecnologia da informação e a mídias digitais (“telecentros”).
- b. Demandas e insuficiências percebidas no acesso à internet e mídias digitais, tendo em vista:
 - b.1 número estimado de domicílios/pessoas com mais de 15 anos com inexistência de acesso doméstico e pessoal à internet;
 - b.2 indicadores básicos de insuficiência de equipamentos para acesso doméstico à internet e/ou de conhecimento e capacidade de acesso a processos de informação, incluindo analfabetismo de pessoas com mais de 15 anos, idosos semianalfabetos e portadores de necessidades especiais;
 - b.3 insuficiência de equipamentos para uso público (tais como telecentros, núcleos de informática em escolas) providos por grupos, escolas, governo ou entidades, associações de moradores, igrejas – por região e tipo de equipamento e de sua gestão;
 - b.4 escolas que possuem telecentros (ou equipamento similar) e dados sobre sua utilização – e demandas atuais;
 - b.5 demandas sentidas já expressas, de pontos de acesso público à tecnologia da informação (telecentros ou equipamentos similares);
 - b.6 identificação de áreas onde o acesso à internet é mais dificultado, pela distância dos postos e antenas de transmissão e/ou exigência de mais “capacidade” dos equipamentos que a maioria da sua população dispõe;
 - b.7 identificação de possíveis metas relativas à viabilização do Direito de todos e

todas: inclusão na Sociedade da informação e do conhecimento – a serem alcançadas/prazos/graduação – tendo em mente 4 anos de governo e articulações e apoios institucionais (federativas), regionais, sociais.

- c. Identificação de possíveis estratégias para estabelecimento de condições e recursos para possibilitar, crescentemente, ao grupo de “excluídos” e “incluídos insuficientemente”, possibilidades de aquisição a baixo custo ou acesso gratuito a equipamentos e às tecnologias/uso de internet.
- d. Articulação, no âmbito dos órgãos e responsáveis por gestão de políticas de governo, para identificação de práticas existentes – ou a se implantar – que digam respeito diretamente a FORMAS E INSTÂNCIAS DE PARTICIPAÇÃO POPULAR E CONTROLE PÚBLICO na gestão municipal, que utilizam – ou irão utilizar internet e seus instrumentos para viabilização de Acompanhamento e Controle Social da Gestão Municipal. Usam-se (ou foram usadas) “lives” ao vivo, por tecnologias de internet - principalmente em tempos de pandemia, acessíveis à população-foco do debate?
- e. Dependendo do histórico das articulações regionais, poderiam ser articuladas reuniões (presenciais ou virtuais) entre agentes públicos e sociais de diferentes municípios, para troca de informações, propostas e na análises relativas à temática e seus encaminhamentos. E já iniciando (ou rearticulando) processos de cooperação regional no âmbito da temática e seus instrumentos.

2.2 Estruturação do Plano de Inclusão Digital-Necessidade e Direito

Sugere-se que o Plano de Inclusão Digital – Necessidade e Direito seja elaborado a partir de:

- a. Relatório-síntese elaborado, contendo informes básicos recentes, compilados – ou dados registrados como inexistentes.
- b. Apresentação do Relatório-síntese a representantes de grupos, entidades afins e participantes de atividades já existentes de inclusão digital, com possibilidade de contribuições para estruturação do Plano.
- c. Estruturação do roteiro básico do Plano, a partir de dados existentes. Sugerem-se os seguintes itens fundamentais:
 - c.1 Inclusão Digital como Direito de cidadãos e cidadãs. Metas a atingir.
 - c.2 Sua importância na realidade atual, onde a **não-possibilidade** de acesso à internet, a tecnologias digitais aumenta o grau de exclusão social, contribui para manter as desigualdades sociais e a pobreza, para a falta de comunicação entre parentes e poderes públicos, dificulta o acesso ao **conhecimento e à informação** – necessidades estas fundamentais para inclusão local, regional e do país no mundo do trabalho e relações sociais e para usufruto de

direitos de melhor qualidade de vida (inclusive psicológica, intrafamiliar e mental) e de acesso a serviços públicos.

- c.3 Identificação de formas de funcionamento, gestão, financiamento das unidades de suporte aos trabalhos (“telecentros”), capacitação de pessoal para monitoria e “mobilização” para inclusão das pessoas excluídas ou “semi-incluídas” na “sociedade da informação e do conhecimento”- fundamental para o desenvolvimento humano e de suas condições socioeconômicas.
- c.4 Propostas de formas possíveis de financiamento, “bolsa” e/ou gratuidade para usuários das atividades de uso de tecnologias digitais, incluindo possibilidade de os mais pobres terem acesso a equipamentos com qualidade e capacidade razoáveis para bom acesso à internet.
- c.5 Estratégias de negociações e articulações para que responsáveis pelas redes de transmissão e de acesso à internet (incluindo telefonia) junto com o poder municipal e apoio da comunidade na sua diversidade regional, possam se comprometer em distribuir – e reproduzir de forma mais equitativa, os “pontos de acesso”, já que, moradores de periferias e zonas rurais, sem equipamentos mais caros e sem condições de pagamento de bons planos de acesso, estão muito mais sujeitos à impossibilidade de acesso às redes de informação e conhecimento via internet, seja por celular, tablete, computador etc.

É indispensável que o programa de governo de uma candidatura nas eleições de 2020 trate o tema da inserção na sociedade do conhecimento e da informação como direito de todos e todas. Direito humano fundamental.

Esse trabalho inicial de planejamento e dinamização da ação no município pode já comportar ações solidárias e articuladas com gestores e organizações sociais de municípios vizinhos ou afins, nas questões relativas aos direitos de acessibilidade a equipamentos, canais de transmissão e acesso à rede de internet na região. E fortalecer processos de transparência pública e participação popular.



Anexos

Anexo I

“Em São Paulo, a corrida pela primazia”⁶

Maurício Falavigna

“O Governo do Estado, até o ano 2000, focava suas propostas na utilização das TIC para a modernização administrativa e para agilização de serviços prestados à população. Os chamados Poupatempo e Praças de Atendimento similares demonstravam bem esse espírito.

Já no Instituto de Políticas Públicas Florestan Fernandes (IFF), um espaço de elaboração de políticas públicas para São Paulo que foi presidido pela futura prefeita da cidade, Marta Suplicy, em 2000 se procurou chegar a uma concepção de governo eletrônico que evitasse o aprofundamento da divisão entre os que tinham e os que não tinham acesso às TIC, evitando o favorecimento dos segmentos sociais que já gozavam de acesso desproporcional ao governo e à participação política.

O IFF, especialmente nas figuras de Maria Teresa Augusti e Jorge Thadeu Sampaio, diretores da instituição, sonhavam com a construção do que intitulavam de uma Rede Pública de Comunicação e Informação. Partia-se do princípio de que “um governo eletrônico pressupõe uma nova cultura de gestão: aberta, transparente, preocupada constantemente com a didática e a fidedignidade de suas informações (...) Atenta e respeitosa à manifestação de quem ela representa, tratando as pessoas como usuárias, e não como clientes”

A ideia era a de promover o e-gov não para aprofundar e manter privilégios, mas como indutor da cidadania, aproveitando a vocação da Internet para a formação de redes que permitam aos seus membros a possibilidade de expressão, e não apenas a recepção de informações, conteúdos e serviços. Como ainda Maria Teresa explicava

1. Cópia de texto inserido na publicação “Inclusão Digital – Vivências Brasileiras” Maurício Falavigna.

“não falamos aqui de redes físicas, mas de um conjunto de atores, instâncias e processos, comunicando e processando informação e conhecimento, articulados em um espaço virtual comum, utilizando ferramentas e instrumentos com semiótica didática, acessível e interativa, controlados e geridos pela sociedade civil de uma determinada região ou localidade”.

Para o IFF estava claro que, paralelamente a uma proposta detalhada, coerente e progressista de política de Governo Eletrônico para a Prefeitura de São Paulo, caberia propor também uma política pública de Inclusão Digital que permitisse ao governo da cidade enfrentar os graves números da exclusão digital, e que permitisse a todos os cidadãos as mesmas possibilidades e capacidades de incorporação dos benefícios das TIC, de acesso à informação e de participação na sociedade do conhecimento – um conjunto de benefícios que não poderia ser limitado às camadas privilegiadas da sociedade, sob pena das TIC servirem ao aprofundamento das diferenças, e não às promessas de democratização que a Internet trazia em seu bojo.

Rodrigo Assumpção, que atuava no Governo Eletrônico de Santo André e perseguia a possibilidade de implantação de telecentros naquele município, acabou sendo chamado para a tarefa de coordenar a iniciativa de Inclusão Digital do Instituto Florestan Fernandes. Rodrigo lembra: “Peguei o projeto que estava desenhado de uma maneira macroestruturada, detalhamos seus parâmetros e implementamos em poucos meses... Sim, porque a tarefa formulada pelo Instituto era implementar dez telecentros no Capão Redondo em três meses!”.

Vale notar que já havia o embate político de propostas governamentais e uma competição entre dois grupos políticos para implantar o quanto antes suas iniciativas de Inclusão Digital. Enquanto o Instituto Florestan Fernandes preparava o lançamento do projeto Sampa.Org na zona Sul de São Paulo, o Governo do Estado se apressava para lançar o quanto antes um espaço similar na mesma região.

Assim, em 11 julho de 2000, surge o primeiro espaço público de inclusão digital, chamado de Infocentro, inaugurado pelo decreto 45.057 do então governador Mário Covas, na Casa de Cultura do Jardim São Luís, na periferia da zona Sul da Capital paulista. Era o embrião do Acesso São Paulo, programa de inclusão digital governamental no Estado. Neste primeiro Infocentro, deu-se a primeira ocasião em que a população pôde acessar a Internet gratuitamente em um centro comunitário, parceiro do governo estadual em um programa que se classificava desde então como política inclusiva. No entanto, o primeiro Infocentro permaneceria como filho único por um bom tempo.

No mesmo mês de julho, três dias depois e na mesma zona Sul, mas nos distritos vizi-

nhos de Capão Redondo e Jardim Ângela, um programa de ampla articulação da sociedade civil, reunindo movimentos sociais, sindicatos, 34 universidades e empresas da área tecnológica criava o Sampa.Org, um projeto-piloto do Instituto Florestan Fernandes. Ele já nascia com seis Telecentros e, dois meses depois, houve a inauguração de mais quatro unidades na mesma região, servindo de base para uma política pública da futura prefeita de São Paulo, então presidente do referido Instituto”.

A implantação do Sampa.Org

Com ideias ainda genéricas, a coordenação do projeto realizou vários contatos com empresas e instituições e conseguiu aglutinar parceiros importantes formando um núcleo básico que atestava a viabilidade da proposta e se dispunha a reunir, juntamente com um significativo investimento por parte do Instituto Florestan Fernandes, os recursos humanos, materiais e financeiros necessários para a implantação de dez telecentros.

A partir desta etapa, as adesões se ampliaram e diversificaram-se. Com um núcleo de empresas e entidades da sociedade civil e tendo suas ações disciplinadas por um conjunto de documentos estabelecidos de comum acordo, formou-se oficialmente o Comitê Técnico do Sampa.Org. Deste grupo de debate, elaboração, reflexão e de viabilização das ações, participaram empresas (Microsoft, Brisa, Lexmark, entre outras), instituições educacionais (USP/Escola do Futuro, Instituto Adventista de Ensino), ONGs e outras entidades da sociedade civil (CUT/Integrar, Fundação Friedrich Ebert/ ILDES). Paralelamente à constituição desse Comitê Técnico, era necessária a articulação com lideranças comunitárias do distrito de Capão Redondo, então apresentado pela mídia como o lugar mais violento e abandonado pelo poder público na cidade de São Paulo.

Era uma região que apresentava o segundo pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da cidade. Apesar da violência e da exclusão social ser um fato incontestado, a região possuía uma intensa e enraizada produção cultural: foi o berço do movimento Hip Hop na cidade, começava a empreender um movimento de literatura marginal que deu origem a Ferrez e os saraus poéticos da região, depois famosos; possuía ainda uma significativa rede de entidades comunitárias com uma história de organização intensa de mais de trinta anos de ocupações de áreas contestadas e conflitos vinculados ao movimento de luta pela moradia.

Além desses fatores de escolha, outro ponto foi decisivo para fincar o pé na zona Sul: a presença, entre os parceiros, do Instituto Adventista de Ensino, instalado há décadas na região. A instituição se ofereceu para participar dos serviços de formação dos futuros monitores em sua Faculdade de Tecnologia, além de garantir suporte e manutenção das redes de computadores instaladas nas associações. Importante frisar que,

desde o primeiro momento, foram os representantes do Instituto Adventista (professores e alunos) que defenderam a utilização do software livre no projeto, o que só aconteceria mais tarde.

Rodrigo Assumpção rememora aquele momento: “No Instituto havia uma pessoa de muita experiência como articulador comunitário, Ademir Castellari, que visitou um número extraordinário de entidades sociais do bairro de Capão Redondo e depois nos ajudou a selecionar e a fechar as parcerias com as lideranças locais. E os dez telecentros foram assim escolhidos, seis ficaram prontos e estruturados para iniciar neste momento. Mauricio Falavigna se juntou a nós logo em seguida para trabalhar no conteúdo do portal e em oficinas de comunicação. E a partir daí começou um processo que contribuiu para o programa de governo de uma candidata à Prefeitura de São Paulo, trazendo a ideia de que era necessário na cidade de São Paulo uma política pública de Inclusão Digital. Em seguida houve o compromisso da candidata em implementá-lo se eleita prefeita, o que foi feito tendo como modelo o projeto Sampa.Org”.

A inserção na comunidade

Garantir o envolvimento das entidades comunitárias foi um processo que se iniciou logo que a coordenação assegurou o compromisso de doação dos primeiros equipamentos para a implantação. Iniciou-se, então, uma série de reuniões com lideranças locais para explicar a proposta. Esse momento foi inédito: já havia a construção de toda uma argumentação sobre a necessidade de inserção do País na Sociedade do Conhecimento. Um discurso acadêmico, político-tecnológico, governamental e empresarial.

Alguns atores percebiam também a necessidade de expansão dessa inclusão, entendendo cada vez mais o combate à exclusão digital como parte do combate à exclusão social como um todo. E esse discurso precisava ser elaborado no campo, durante a implantação de projetos de inclusão digital, em uma atividade de convencimento cultural, político e intelectual. Foram visitadas cerca de trinta entidades da região, com o objetivo de conhecer as lideranças, o trabalho realizado no cotidiano, as instalações, explicar os objetivos e examinar condições e necessidades para que as comunidades sediassem um telecentro. Também se realizavam reuniões com os frequentadores de cada espaço, numa tentativa de averiguar a inserção das entidades em sua comunidade.

Outro critério para a escolha das entidades foi a infraestrutura oferecida. Eram necessários a disponibilidade de uma linha telefônica e um ambiente com espaço e segurança adequados para a instalação do telecentro. A junção destes fatores é que determinou a escolha inicial de seis entidades, depois acrescentadas de outras quatro, para sediarem os telecentros.

O movimento de moradia era a origem de boa parte dessas associações comunitárias, movimentos sociais que estavam presentes na zona Sul da cidade há cerca de três décadas. A luta para ocupar terrenos e construir moradias desemboca naturalmente na luta por melhorias nos bairros recém-criados. As associações de moradores passam com o tempo a organizar suas creches, seus centros de juventude, quadras esportivas, enfim, serviços necessários que compensam a ausência do Estado na região.

Os elementos que servem como focos de aglutinação e luta são vários: iluminação pública, saneamento básico, postos de saúde, centros de juventude, e até mesmo coisas simples como receber e redistribuir as contas de luz dos moradores do bairro. A essas atividades soma-se a preocupação de realizar atividades com jovens, oferecendo não apenas esporte e lazer, mas educação e trabalho. Tentam, desesperadamente, vencer uma batalha contra o tráfico de drogas, a violência e a pouca perspectiva de futuro.

A maioria das entidades trabalham com esportes, atividades culturais, cursos de línguas e cursos profissionalizantes, enfim, todos elementos cotidianos nestes focos de cidadania que são esses espaços comunitários.

As reuniões com a comunidade confirmaram o interesse e os mitos existentes sobre a informática e os computadores. Duas ideias opostas dominavam o imaginário das comunidades. Uma delas positiva: o telecentro representaria uma oportunidade dos jovens aprenderem informática básica, o que automaticamente garantiria uma vaga no mercado de trabalho. A outra imagem coletiva predominante negava o valor da iniciativa, e pode ser explicitada pela seguinte indagação, expressa constantemente em suas algumas variantes desse discurso: “se em nosso bairro falta posto de saúde, vagas na escola, emprego, segurança, saneamento e tudo o mais, o que ganharemos com tecnologia e Internet”?

Responder prontamente às perguntas era possível, mas para isso foi preciso definir – com o projeto já em implantação – o que se queria com aquelas instalações. Informática básica (a experiência do CDI) não era o foco do Sampa.Org, definitivamente. Se os objetivos principais, embora vagos, eram o de inserção das tecnologias no dia-a-dia daquelas comunidades excluídas e de inclusão de novos grupos de cidadãos na Sociedade do Conhecimento, a informática básica ou a alfabetização digital seria apenas uma necessária ambientação a esse novo mundo. E certamente não garantiria vagas imediatas no mercado de trabalho, apenas pequenos ganhos e pouca autonomia.

Por outro lado, inserir as TIC no cotidiano desses movimentos organizados da periferia do mundo e, mais do que isso, conquistar corações e mentes dos beneficiários desses movimentos populares, não era uma tarefa que se resolveria de cima para baixo, com um plano discutido somente pelo Comitê Técnico, uma proposta pron-

ta de uso daqueles equipamentos inéditos na localidade. “Construa e eles virão”, a famosa frase sussurrada no filme “O Campo dos Sonhos”, foi uma alternativa imaginada, mas logo se viu descartada: era preciso construir conjuntamente o uso daqueles equipamentos.

Demonstrar que a Inclusão Digital era um tema que se mantinha lado a lado com as outras necessidades prementes daquela população marginalizada: saneamento, educação, saúde, moradia, participação política, comunicação, reconhecimento público... As reuniões com as comunidades escolhidas foram fundamentais para a construção dessas respostas e do futuro do projeto. Só pela intermediação desses parceiros locais foi possível trabalhar com a comunidade de forma efetiva, já que o Sampa.Org não se propunha a criar entidades novas na região, mas sim estabelecer parceria com pessoas que já tinham a organização e a articulação comunitária como meta, como eixo de sua vida. Uma diretriz básica do projeto foi a de se considerar herdeiro da rica tradição da educação popular e ter como princípio o respeito pela comunidade.

Assim, o Sampa.Org atuou fornecendo instrumentos para a continuidade da organização da comunidade, para que esta fosse verdadeiramente o sujeito de sua história. Das reuniões nasceram projetos comunitários diversos que dominaram o cotidiano dos telecentros. Uma agência comunitária de notícias (Capão Online); uma cooperativa de montagem, suporte e manutenção de redes existente até os dias atuais (Alpha); uma atividade de mapeamento de serviços sociais de todo um distrito; uma rádio web (Biboca); oficinas de comunicação comunitária; cursos profissionalizantes de design e programação; produção de conteúdos diversos que mantinham o vínculo com a luta diária dos indivíduos e das organizações que construíam aquele projeto-piloto de Inclusão Digital para a cidade de São Paulo. Equipe Rádio Biboca-Sampa.Org no telecentro do Jd. Rosana, sede da rádio 41.

Doze meses de projeto-piloto: números para um futuro programa municipal Os telecentros funcionavam, em média, 12 horas por dia, seis a sete dias por semana, e ofereciam cursos de informática e atividades de desenvolvimento cultural, social e econômico baseados em TIC, além de livre acesso à Internet e correio eletrônico para a comunidade. Após um ano de funcionamento, os monitores dos telecentros realizaram uma pesquisa de uso com os frequentadores dos centros e apresentaram-na a todos, para compartilhar informações.

Em média, havia 14.000 horas de uso por mês, ou seja, 3.500 horas semanais de sessões de acessos no telecentros. Como não se utilizava qualquer sistema de monitoramento para controle de usuários individuais nas entidades, a contagem se dava por sessão de uso, sendo provável uma quantidade expressiva de usuários frequentes que retornavam mais de uma vez por dia ou semana.

Os monitores estimaram cerca de 1000 a 1500 usuários por mês, em média. Quanto ao perfil, pôde-se dizer que o usuário, na sua maioria, era do sexo feminino (70%), na faixa etária de 13 a 17 anos de idade (60%). Mas havia usuários acima de 60 anos de idade e abaixo dos 12 anos de idade, uma minoria que frequentava os pontos (3%). Importante ressaltar que mais da metade desses usuários nunca havia tido contato com um computador.”

São Paulo, 24 de agosto de 2020.

Anexo II

Dados, publicamente disponíveis em sites governamentais, sobre espaços públicos de inclusão digital (em junho de 2020)

Na cidade de São Paulo

Há informes atualizados no site da Prefeitura, informando o número e local de 136 telecentros. Alguns, desde 2000, 2001. Ver em:

- Prefeitura de São Paulo
- GeoSampa

No Estado de São Paulo

Não há informações públicas, atuais, disponíveis em site do governo estadual, sobre “a rede” de espaços públicos de inclusão digital no Estado, por município. É necessário pesquisar sites específicos de municípios, sendo que, em muitos municípios onde há telecentros sob responsabilidade de grupos sociais e entidades ou mesmo alguns em parceria com o governo municipal, os sites de prefeituras não os disponibilizam. (Caso de São Bernardo do Campo, com mais de 500.000 habitantes, por exemplo.)

Há um portal específico para integrantes das unidades educacionais no Estado para informação e devidos registros, informações restritas a usuários de serviços específicos, mediante cadastro. Em <https://sed.educacao.sp.gov.br/>.

Pelo que se percebe, a maioria dos telecentros no Estado, numericamente, estão vinculados a escolas públicas. E ainda se percebe que suas estruturas são pequenas (10 a 12 computadores) e mais afetas à frequência exclusiva de estudantes para seus trabalhos escolares.

Em tempos de pandemia, com escolas públicas fechadas, não há, nos sites, notícias públicas de sua abertura específica para uso dos seus equipamentos pelos próprios estudantes, com exceções.

No Brasil – Dados públicos

2008, junho: SERPRO anunciou em sua página:

“ Brasil terá telecentros em todos os municípios até o fim do mês, diz Hélio Costa. Todos os municípios do país estarão conectados à internet por meio de telecentros até o fim deste mês. (...). De acordo com o ministro, o governo aprovou um orçamento de R\$ 140 milhões, suficiente para “comprar 6 mil telecentros, formados por 10 computadores, roteadores (para conexão sem fio), projetor de DVD, telão e móveis para informática”. “Esses telecentros já foram comprados e estão sendo entregues até o dia 30 de junho. Todos os 5.640 municípios brasileiros terão recebido esses equipamentos, o que inclusive alavancou as vendas de computadores no país.” (1)

Em <http://www.intervozes.org.br/direitoacomunicacao/?p=21708>, com data de 2008, constava: “ O Brasil conta atualmente com 5.084 telecentros cadastrados em todos os estados do país, mas a maioria se concentra na região sudeste do país. Somente no Estado de São Paulo existem 1.134, sendo 384 na capital; no Amapá não passam de 48 e em Alagoas, 34. As informações são do Observatório Nacional de Inclusão Digital (Onid), uma iniciativa do governo federal em conjunto com a sociedade civil organizada que atua na coleta, sistematização e disponibilização de informações para o acompanhamento e avaliação das ações de inclusão digital no Brasil.”

2019, março

A Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (SNDPI), do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) anunciou a criação do Programa Vive – Envelhecimento Ativo e Saudável, para pessoas de 60 anos ou mais, em parcerias com governos estaduais e municipais e entidades da sociedade civil. Nele se inclui proposta de Inclusão digital – senso estrito para capacitação e acesso à tecnologias, pelo que consta na cartilha. A cartilha está em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2019/marco/ProgramaViver.pdf>

A primeira unidade do Programa foi instalada em parceria com o Governo do Distrito Federal (GDF). A solenidade foi realizada na cidade-satélite de Ceilândia, em Brasília

Consta no site do MMFDH capacitação para representantes de municípios de vários estados, mas não se encontra facilmente informação sobre onde – e como – funcionam outras unidades.

1. <https://www.transparencia.serpro.gov.br/acesso-a-informacao>.

2020, março

Divulgado no site do Sepro, no âmbito do “Programa Serpro de Responsabilidade Social”, o Eixo “Inclusão Digital”, onde se “prioriza a doação e a instalação de microcomputadores para entidades públicas e instituições da sociedade civil, promovendo a implantação de Telecentros Comunitários, Espaço Serpro Cidadão e Escola Serpro de Inclusão Digital. Em: <https://www.transparencia.serpro.gov.br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/psrs/eixo-inclusao-digital>.

2020, agosto

Divulgação de pesquisa sob responsabilidade do Comitê Gestor da Internet, que divulga os últimos dados oficiais sobre o Brasil sobre centros públicos de acesso à internet, vinculados de alguma forma ao governo federal.

A pesquisa mostra, em resumo, situação em 2019: um dos registros indica apenas 238 Telecentros identificados como “funcionando” nas 5 regiões do país (sem identificação se são apenas os telecentros mantidos exclusivamente com recursos federais do MCTIC).

Outro registro indica “telecentros” por ano de funcionamento e se percebe, a partir de 2014, queda considerável de registros: <https://cetic.br/pt/tics/centrospublicos/2019/centros-publicos-de-acesso/A5/>.

Outros dados em: <https://cetic.br/pt/tics/centrospublicos/2019/centros-publicos-de-acesso>.

Há a divulgação, com data de 2/02/2020, em site do governo federal, de programa específico para obtenção de conexão de internet gratuita, sem maiores detalhes do Programa. “O programa GESAC oferece, gratuitamente, conexão à internet em banda larga - por via terrestre e satélite - a Telecentros, Escolas, Unidades de Saúde, Aldeias indígenas, postos de fronteira e Quilombos. O programa é direcionado, prioritariamente, para comunidades em estado de vulnerabilidade social”. (2)

Pode ser feita inscrição no Ponto de Inclusão Digital (PID): <https://simmc.c3sl.ufpr.br/#/pid>.

Nele há dados a preencher - que se refere ao PID existente - e o último dado pedido se refere ao objetivo de SOLICITAÇÃO de apoio:

2. Ver em <https://www.gov.br/pt-br/servicos/obter-conexao-de-internet-gesac>.

- Sua solicitação se refere a que tipo de pedido? *
 - Conexão GESAC
 - Equipamentos reconicionados
 - Bolsas para Monitores. Uma por telecentro
 - Treinamento para monitores”

Quanto a dados sobre “telecentros” ou informes sobre existência deles ou equipamentos públicos similares, há informes no site do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações e do IBICT (a ele subordinado), aparentemente antigos, dizendo de “Mapas” e informes relativos a isso – mas que não estão atualmente disponíveis em nenhuma área nos sites, abertas para consulta.

O mesmo acontece com o site do Ministério da mulher, da Família e dos Direitos Humanos, que divulgou matéria falando de apoio a telecentro no nordeste.

Dadas as intensas mudanças no padrão de uso das TIC pela população mundial – que acessa a Internet cada vez mais nos domicílios e por meio de dispositivos próprios, como computadores e celulares (UIT & Unesco, 2019), o papel das políticas de telecentros passou a ser revisto. Avalia-se, por exemplo, se tais intervenções devem ser transitórias, incentivadas até a universalização do acesso nos países, ou se estes espaços públicos podem se reconfigurar, e assumir outros objetivos para além da promoção do acesso à rede. (CGL.br, 2014a).

Observação geral

“Assim, os espaços públicos de acesso à Internet assumem o papel de garantir que, mesmo em locais onde já exista a provisão de banda larga, outras barreiras como o custo dos dispositivos eletrônicos e da conexão à Internet, não impeçam a participação dos indivíduos no ambiente digital.” (UIT & Unesco, 2019).

Há necessidade de adaptação das atividades dos telecentros ao contexto local, oferecendo serviços e mecanismos que tragam benefícios e sejam direcionados para a comunidade do seu entorno. Para isso, é importante incentivar que as comunidades tenham conhecimento das ações promovidas nos telecentros, bem como participem das decisões que envolvam o funcionamento, o atendimento e os serviços prestados.

Portanto, a ampliação do escopo de atuação dos telecentros, além da infraestrutura e do acesso à Internet, pode fazer com que estes espaços ganhem novos usos e públicos.

É o caso da criação de laboratórios digitais, ou salas multiuso, que permitem que os telecentros sejam utilizados de forma inovadora.

Anexo III

Referências bibliográficas

Falavigna, Maurício: *Inclusão Digital – Vivências Brasileiras*. EdUFBA, diversos: *“Inclusão Digital – Polêmica Contemporânea”*.
repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/4859/1/repositorio-Inclusao%20digital-polemica-final.pdf

Ed UFBA, diversos: *Políticas Públicas & Inclusão Digital*.
repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/202/1/Políticas%20publicas%20e%20inclusao%20digital.pdf

MMFDH/ SNDPI – Programa Viver – Envelhecimento Ativo e Saudável.
www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2019/marco/ProgramaViver.pdf

SEBRAE, portal: *O que é software livre e as vantagens ao usá-lo em sua empresa*.
www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/o-que-e-software-livre-e-quais-as-vantagens-em-usa-lo-na-sua-empresa,2928d53342603410VgnVCM100000b272010aRCRD

SERPRO, Portal da Transparência: *Eixo Inclusão Digital*.
www.transparencia.serpro.gov.br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/psrs/eixo-inclusao-digital

Silveira, Sérgio Amadeu da. *Software livre – a luta pela liberdade de conhecimento* – Public. FPA.
fpabramo.org.br/publicacoes/estante/software-livre-a-luta-pela-liberdade-do-conhecimento/

Silveira, Sérgio Amadeu da. *Exclusão: a miséria na era da informação*. Public. FPB.
fpabramo.org.br/2006/04/18/exclusao-digital-a-miseria-na-era-da-informacao/

Telecentros em São Paulo
telecentro.prefeitura.sp.gov.br/Site_Telecentro_OqE.html

Justificando
www.justificando.com/2020/05/07/os-impactos-da-pandemia-na-inclusao-digital/

Agradecimento
Maria Teresa Augusti

Rubens Naves Santos Jr Advogados

Avenida Paulista, 2073
Conjunto Nacional / Horsa II / 19º Andar
01311 940 / São Paulo / SP / Brasil
www.rnsj.com.br